



**INDUSTRIALIZAR
MOÇAMBIQUE**



**República de Moçambique
Ministério da Indústria e Comércio**



Flash Magazine

Edição n.º 332, 13 de Março de 2023

MIC

NATUREZA

Órgão central do aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, tutela e supervisa os seguintes ramos da economia nacional: Indústria alimentar e de bebidas; Indústria têxtil e de vestuário, calçado e couro; Indústria química; Indústria metalúrgica; Indústria metalomecânica; Electrotecnia; Artes gráficas e publicação; Distribuição, manutenção e assistência técnica ao equipamento industrial; Outra indústria ligeira; Comércio; Prestação de serviços.

MISSÃO

Assegurar a formulação, elaboração e implementação de políticas e estratégias sectoriais, para a promoção do crescimento da produção industrial, do comércio, da comercialização agrícola e das exportações.

VISÃO

Ser uma entidade governamental impulsionadora, facilitadora e reguladora da indústria e comércio, proporcionando um necessário ambiente institucional de competitividade e de desenvolvimento da iniciativa privada.

FICHA TÉCNICA:

Redacção: Departamento de Comunicação e Imagem (Olívia Navesse e Maria Duménia M. Maposse)

Coordenação e Revisão: Assane Ibraimo

Correspondentes: DPIC's e Instituições tuteladas pelo MIC

Propriedade: Ministério da Indústria e Comércio (MIC). Dispensa de registo: GABINFORM/DEC/2006 infomic@mic.gov.mz.

Impressão: MIC.

Distribuição: Electrónica. Destinatários: GPR; GPM; GMIC; Direcções Nacionais e Instituições subordinadas e tuteladas do MIC, sector privado em geral, parceiros de cooperação, DPIC's, Conselheiros Comerciais.

Periodicidade: Semanal.

www.mic.gov.mz

www.madeinmozambique.gov.mz

Linha Verde: 800 320 883



MIC Participa na 5ª. Conferência da ONU Sobre os Países Menos Desenvolvidos



O Ministro da Indústria e Comércio, Silvano Augusto Moreno participou, de 5 à 9 de Março, em Doha, Qatar, na quinta conferência das Nações Unidas sobre os países menos desenvolvidos, numa delegação chefiada pelo Primeiro-ministro de Moçambique, Adriano Maleiane.

O evento que tinha o objectivo de discutir a implementação do programa de Acção de Doha para os Países Menos Avançados (PMA) 2022 – 2031, contou com a presença de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe, membros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

O secretário-geral das Nações Unidas,

manifestou o empenho da ONU, na atracção de parcerias e no envolvimento de toda a comunidade internacional para ajudar a implementar o Programa de Acção de Doha.

Um programa que entre outros objectivos, pretende erradicar a pobreza; discutir diretrizes para o alcance dos objectivos de desenvolvimento sustentável; elevar a capacidade dos países no comércio internacional e na integração regional.

O programa aprovado no mês de Março de 2022, prevê igualmente o alinhamento dos mecanismos que permitam os países menos

Flash Magazine

desenvolvidos a combaterem as mudanças climáticas. Segundo dados da ONU, os 46 países menos desenvolvidos representam 14% da população mundial, e estão distribuídos por África, Caraíbas (Haiti), Ásia e ilhas do oceano pacífico.

Na recente reunião do G-20, a ONU chamou a atenção para a necessidade de se intensificar a ajuda para o desenvolvimento dos países menos avançados, e propôs ao grupo das 20 maiores economias do mundo, o financiamento de mais de 100 mil milhões de dólares, para projectos de recuperação económica e

ambiental dos 46 países mais pobres, dentre os quais, 33 são africanos. A participação do Primeiro-ministro, Adriano Maleiane, do Ministro da Indústria e Comércio, Silvino Moreno, na qualidade de Ponto Focal do Países em questões relativas aos Países Menos Avançados e dos demais membros do governo de Moçambique, na conferência de Doha, foi imprescindível na facilitação de contactos e negociações com seus homólogos, para abertura de novas linhas de financiamento por parte dos parceiros internacionais que apoiam o programa dos Países Menos Avançados.



Director-Geral do INNOQ, IP visita Água Saudável



O Director-Geral (DG) do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade - IP (INNOQ, IP), Geraldo Albasini, acompanhado pelo Delegado Provincial, Xavier Casteano, efectuou no dia 8 de Março, uma visita de trabalho à empresa Ceptmoz Lda., proprietária da Água Saudável, com o objectivo de disseminar o "draft" do regulamento de certificação obrigatória de água

engarrafada para o consumo.

Durante a ocasião, o DG do INNOQ, IP afirmou que a certificação, por enquanto, é voluntária mas após aprovação do regulamento a certificação será obrigatória e as empresas devem estar preparadas para responder aos requisitos mínimos exigidos durante a actividade de captação, enchimento e venda de água engarrafada para o consumo.

Por seu turno, o responsável máximo da empresa, Rafael Madame revelou existirem vários investimentos de modernização em curso e um dos objectivos é obter a certificação do INNOQ, IP.

A Ceptmoz Lda. é uma empresa moçambicana de produção de água baseada na cidade da Beira.

INNOQ, IP atribui certificados de qualidade às empresas Nemala, City Mover e Trinity



A Nemala, City Mover e Trinity receberam no dia 4 de Março corrente, certificados do Sistema de Gestão da Qualidade NM ISO 9001:2015.

A atribuição dos certificados insere-se no programa de certificação estabelecido pela MozUp, com o patrocínio da ExxonMobil Moçambique, Limitada (EMML) e parceiros da Área 4.

Na sua intervenção, o Director-Geral do INNOQ, IP, Geraldo Albasini afirmou que o acto da entrega dos certificados representava o início de uma nova etapa, de compromisso com os clientes e com a sociedade, que se traduzirá na prestação de serviços de elevada qualidade.

O dirigente também encorajou a MozUp, ExxonMobil

Moçambique, Limitada (EMML) e parceiros da Área 4 a continuarem a dar apoio a mais empresas para que possam obter a certificação com base nas normas de sistemas de gestão e integrarem a lista das organizações certificadas, que apelidou de cruzeiro da qualidade.

Por sua vez, a Directora da MozUp, Bárbara Habib, disse que a organização que dirige estabeleceu o programa de certificação em resposta à necessidade das empresas locais fortalecerem os seus sistemas de gestão da qualidade visando melhorar a sua competitividade.

INAE apresenta actividades para a Semana do Consumidor



A Inspeção Nacional das Atividades Económicas (INAE) realizou uma conferência de imprensa no dia 8 de março, em Maputo, para anunciar as actividades planeadas para a Semana do Consumidor, de 13 a 19 de março, com ênfase no dia 15 de março, Dia Mundial dos Direitos do Consumidor.

Durante o evento, o porta-voz

da INAE, Tomás Timba, falou sobre as actividades a serem realizadas durante a Semana do Consumidor, destinadas a aumentar a consciencialização dos consumidores sobre os seus direitos e os procedimentos a seguir em caso de violação dos mesmos.

As actividades planeadas incluem um comando nacional destinado à realização de inspecções educativas em todo o país, uma campanha de sensibilização sobre os direitos do consumidor e como denunciar possíveis abusos, e a distribuição de brochuras informativas aos agentes económicos sobre as regras relacionadas ao tema.

Os consumidores serão incentivados a fazer compras responsáveis, evitando publicar produtos defeituosos nas redes sociais sem informações detalhadas sobre o fornecedor, data de compra e por que tal acção está sendo tomada, pois isso pode criar pânico injustificado.

Os consumidores também serão aconselhados a comprar produtos em estabelecimentos que asseguram as condições de

armazenamento adequadas e onde possam devolver o produto, caso necessário.

Os consumidores serão igualmente desencorajados a adquirir bens em mercados informais, pois não oferecem garantia.

Os agentes económicos serão incentivados a fazer vendas responsáveis, incluindo a instalação de leitores ópticos para confirmar os preços dos produtos e vedados de exibir a informação que faz referencia que “NÃO ACEITAMOS DEVOLUÇÕES”.

Também será realizada uma série de actividades para educar os consumidores sobre os seus direitos e como exercê-los. Essas actividades, de acordo com aquela instituição pública, oferecem uma oportunidade importante para refletirmos sobre o papel que cada um de nós pode desempenhar na proteção dos direitos do consumidor e na garantia de um ambiente de negócios mais seguro, justo e responsável.

A INAE enfatizou a existência de vários dispositivos legais para a proteção dos direitos dos

consumidores, incluindo a Lei n.º 22/2009 de 28 de setembro, o Decreto n.º 27/2016 de 18 de julho e o Decreto n.º 38/2016 de 21 de dezembro, que aprova o Código de Publicidade.

Essas leis regulam as relações jurídicas entre o fornecedor de bens e serviços e seus consumidores em várias áreas económicas, incluindo alimentos, cosméticos, produtos de higiene e limpeza, acessórios para veículos, materiais de escritório e electrodomésticos.

A INAE recebeu e investigou várias reclamações de consumidores através da Linha Verde (1464) em 2022, principalmente devido a violações contratuais por parte de agentes económicos.

A INAE recebeu e processou 1.301 petições, das quais 102 resultaram na suspensão de actividades.

Durante a conferência de imprensa, o INAE destacou os direitos dos consumidores, como o direito à informação sobre validade, origem, garantia e riscos de uso, e o direito de receber o produto ou serviço pelo qual pagaram.



Flash Magazine

Os consumidores que sentem que seus direitos foram violados podem apresentar uma reclamação ao fornecedor de bens ou serviços.

Se o problema não for resolvido, eles podem solicitar um livro de reclamações, registar a reclamação e solicitar uma cópia para anexar a prova de compra e, em seguida, enviá-la à INAE.

Se for detectado um defeito, os consumidores têm o direito de exigir a substituição do produto ou o reembolso e uma garantia de pelo menos um ano a partir da data da compra.

Sendo que, o prazo de um ano para uso do produto pode ser suspenso nos casos em que o consumidor não pode utilizá-lo reparação necessárias.

Apesar do progresso considerável na conciliação dos direitos dos consumidores, existem desafios.

A INAE incentiva todos a serem responsáveis e vigilantes na proteção de seus direitos e na promoção de uma cultura de práticas empresariais responsáveis em Moçambique.

Primeiro delegado do INNOQ, IP em Sofala apresentado às autoridades da província



O Governador da província de Sofala, Lourenço Bulha, recebeu em audiência, na tarde de 8 de Março, no seu Gabinete de Trabalho, o Director-Geral do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade – IP (INNOQ, IP), Geraldo Albasine.

A audiência tinha como objectivo principal apresentar o novo delegado provincial do INNOQ, IP, Xavier Casteano.

Na ocasião, o Director-geral do

INNOQ, IP apresentou as atribuições da instituição e afirmou que a criação da Delegação Provincial visava aproximar o Instituto dos agentes económicos da zona Centro do país, reduzindo os custos operacionais das empresas.

Por seu turno, o Governador garantiu prestar todo o apoio institucional à Delegação Provincial do INNOQ, IP e desejou êxitos nas tarefas do

novo delegado.

Por seu turno, no dia 09 de Março, o Delegado Provincial do INNOQ, IP foi apresentado pelo Director-Geral do INNOQ, IP à Secretária do Estado, Stella Zeca.

A dirigente felicitou o delegado pela sua nomeação e lançou o desafio para dar mais visibilidade às acções do INNOQ, IP ao nível daquela província.





Vicente Chihale
26 de Fevereiro- DNI



Lina O. Francisco
6 de Fevereiro - DNI



Guale Choromar
06 de Março- DPE



Jorge Jairoce
13 de Março - Secretário Permanente



Gil Bires
13 de Março - Director Geral da APIEX

Taxa de referência cambial 2023

Moeda	Compra	Venda
USD	63.25	64.51
ZAR	3.48	3.55
EUR	67.82	69.17

Fonte: Banco de Moçambique, 13/03/23

Reflexão da Semana

“O comércio é o grande civilizador. Trocamos ideias quando trocamos tecidos.”

Robert Ingersoll



ICM

INSTITUTO
DE COMÉRCIO
E INDÚSTRIAS



BOLSA DE MERCADORIAS
DE MOÇAMBIQUE